

## **Título**

### **Serviço Social e a Luta de Classes: as disputas por renda da terra no campo e na cidade no Tocantins 1988-2020**

Nome do Aluna: Kannanda Emilly Padilha da Silva<sup>1</sup>  
Nome do Orientadora: Maria José Antunes da Silva<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins do campus de Miracema, [kannanda.padilha@mail.uft.edu.br](mailto:kannanda.padilha@mail.uft.edu.br), aluna do **PIVIC/UFT**.

<sup>2</sup> Profa. Dra. do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins do campus de Miracema, email: [mariajose77@uft.edu.br](mailto:mariajose77@uft.edu.br).

**RESUMO:** O resumo expandido que ora apresentamos, é resultado de discussões parciais do projeto de pesquisa que tem como objetivo apreender o processo de elevação da renda da terra no campo e na cidade e seu impacto no cotidiano da classe trabalhadora, provocando contradição socioespacial, bem como as lutas contra hegemônicas no Tocantins, no período 1988-2020. A partir desses estudos, pretende-se oferecer subsídios para uma melhor compreensão da realidade tocantinense aos e às Assistentes Sociais e outros profissionais que atuam diretamente com o enfrentamento das expressões da questão social. Esse estudo tem como metodologia pesquisas bibliográficas e empíricas em documentos produzidos institucionalmente e que tenham confiabilidade nas fontes, privilegiou-se nessa pesquisa encontros de orientação online, leituras de livros e pesquisas de dados quali-quantitativos do estado do Tocantins. Observou-se preliminarmente que a relação da classe trabalhadora do campo e da cidade convivem com diversas expressões da questão social subordinadas ao processo global de reprodução social do modo de produção capitalista.

**Palavras-chave** Renda da terra; Campo; Cidade; Lutas de classe

## INTRODUÇÃO

A partida se destaca como problema de pesquisa, o Serviço Social diante das lutas de classes em questão das disputas por Renda da terra no campo e na cidade no estado do Tocantins.

As populações nortistas situadas no território brasileiro sofrem com inúmeros problemas de ordem socioeconômica: desemprego, pobreza, violência, conflitos territoriais, falta de investimentos em políticas públicas, entre outros. Grosso modo, pode-se afirmar que a forma como tais problemas se apresentam hoje, decorre da opressão capitalista e o esmagamento dos direitos civis com a onda neoliberal.

Historicamente a população do norte do Brasil em seu contexto de formação político-social, foi excluída e desmantelada dos processos de autonomia e investimentos econômicos, facetas essas, que nos dias atuais se expressam em grande escala com a exploração de mão-de-obra barata, e investimentos no agronegócio tomando as terras da população nativa indígena e não indígena.

Delimitaremos ao estado do Tocantins, extenuando sua legitimidade cultural e histórica, desde a formação do Estado emancipado do Norte de Goiás no ano de 1988. Seus problemas socioeconômicos e políticos têm nuances que devem ser entendidas levando-se em consideração suas especificidades.

Desse modo, o projeto tem como foco, compreender a realidade vivenciada pelos profissionais assistentes sociais diante as demandas da população tocantinense e as inúmeras manifestações da “questão social”, visto que é inerente ao sistema capitalista as contradições sociais. Os impactos históricos, econômicos, políticos e culturais atingem não somente os usuários do sistema, mas também ao profissional assistente social, que está incluso na divisão de classes, na produção e reprodução social.

O intuito deste projeto é de contribuir com toda população do estado do Tocantins, envolvidos nessa realidade e contribuir para uma compreensão mais robusta para defesa dos direitos desses indivíduos, que ao largo dos tempos vivenciam a anulação das decisões políticas e econômicas e perdem a condição gradativamente de se expressarem enquanto sujeitos históricos. Enfocar uma autonomia política e contribuir na produção de conhecimento para população tocantinense e para os profissionais que intervêm diretamente para garantia dos direitos desses sujeitos.



## MATERIAL E MÉTODOS

Para atingir tal objetivo, parte-se de um estudo bibliográfico de obras de autores clássicos da teoria marxiana sobre a renda da terra, *O Capital*, Livro III. Pretende-se também examinar as *Teorias da mais-valia*, considerado o Livro IV de *O Capital*, volume II.

Nessa direção metodológica, para alcançar o segundo objetivo específico de “analisar a relação da elevação de renda da terra campo/cidade com o processo de pauperização da classe trabalhadora”, faz-se necessário identificar o papel do estado do Tocantins para o Brasil, atinando para as diferentes fases do capitalismo atravessadas pela sociedade brasileira, para finalmente construir a configuração do estado em análise, através da coleta de dados empíricos. Nesse objetivo pretende-se responder à seguinte questão: Qual a relação da elevação de renda da terra campo/cidade com o processo de pauperização da classe trabalhadora?

O percurso de estudo parte de um aprofundamento teórico sobre a questão campo/cidade, principalmente, com o estudo das obras Marx e Engels (2007), em *A Ideologia Alemã*, Ramos (2008), Fernandes (1973 e 2008).

Com o objetivo de “descrever a configuração campo/cidade do Estado do Tocantins, pretende-se responder as seguintes perguntas: Qual é a configuração do Estado do Tocantins? Como ocorre o processo de elevação de renda da nesse estado?

A fim de buscar elementos da teoria para explicar esse objetivo serão utilizados autores como Furtado (1995), e Silva (2009)

Para tanto, é preciso realizar pesquisa empírica com a organização de dados estatísticos disponibilizados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o Tocantins. A direção desse estudo está em registrar como a divisão social do trabalho se manifesta no estado, tornando os espaços residenciais expressão das desigualdades sociais. Serão extraídos dados da população residente no estado observando o local de moradia, campo/cidade, estratificação econômica, renda e escolaridade. Também serão utilizados dados dos indicadores socioeconômicos de 2019 do Estado do Tocantins.

Pretende-se também levantar junto aos órgãos competentes os dados do *censo* rural do estado a fim de identificar as disparidades de tamanhos de propriedade e também pretende-se identificar os assentamentos e acampamento da reforma agrária presentes no estado.

Certamente, todo esse processo é acompanhado por um estudo teórico-metodológico acerca do debate da renda da terra visando à compreensão das contradições postas na sociabilidade capitalista, expressas no Tocantins.

Propõe-se responder a questão, de como se relaciona a luta da classe trabalhadora com as lutas campo/cidade? E para responder essa questão foi construído o seguinte objetivo específico de “Identificar as relações das lutas da classe trabalhadora com as lutas campo/cidade no Tocantins”.

Para tanto, buscar-se-á uma bibliografia para atingir tais objetivos sendo elas: Stédile (1997,) Santos (1982), Iasi (2006), Coutinho (2000) entre outros. Esses autores contemporâneos podem fornecer fundamento para trabalhar a questão da relação da luta da classe trabalhadora com as lutas do campo e da cidade.

E por fim, para conhecer os movimentos sociais organizados no Tocantins será realizado um mapeamento dos movimentos sociais do campo e da cidade para mapear suas lutas, conquistas e derrotas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A Revolução Industrial iniciada na Inglaterra no ano de 1760, modificou a sociedade e as relações sociais, no sentido de que, para a existência do novo sistema instaurado, a exploração do trabalho humano e o controle dos meios de produção, passaram a ser maneados por quem detinha o capital, submetendo todo um grupo antagônico à exploração da sua força de trabalho, e a produção de mais-valia.

Os fatores econômicos passaram a predominar enquanto prioridade de primeira instância das necessidades humanas, o trabalho passou a ser o mecanismo de troca para satisfazer as necessidades básicas, como alimentação e habitação, para outras crescentes necessidades geradas para o engendramento do capitalismo. E isso ocorreu ao mesmo tempo em que o trabalho maquinário substituiu o trabalho dos antigos tecelões e agricultores, ocasionando facetas que denominamos de desigualdades sociais, se antes, o campo se desenvolvia de forma coletiva, na formação das novas cidades, o que passa a prevalecer é a propriedade privada e o trabalho individualizado.

Na sociedade capitalista a divisão do trabalho é a base da alienação, atividade- divisão do trabalho- intercâmbio- propriedade privada, são conceitos essenciais desta alienação. A atividade produtiva é a única absoluta em todo complexo, pois trabalho é categoria fundante da sociedade. Marx caracterizou que o indivíduo social não é inerente ao trabalho, mas precisa produzir para satisfazer suas necessidades e se manter. A alienação então, é a atividade produtiva que ao contrário de mediar humanamente à relação sujeito-objeto entre homem e natureza, faz com que o sujeito se individualize e passe a agir de forma mecânica.

No interior do sistema capitalista, todos os métodos para aumentar a força produtiva social do trabalho aplicam-se à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, fazendo dele um ser parcial, degradam-no à condição de um apêndice da máquina, aniquilam o conteúdo de seu trabalho ao transformá-lo num suplício, alienam ao trabalhador as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a tal processo se incorpora a ciência como potência autônoma, desfiguram as condições nas quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao despotismo mais mesquinho e odioso, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho [...] (MARX, 2013, p.720).

Através da leitura do livro “Os Despossuídos” de K. Marx, a questão conflituosa entre campo e cidade, ganha aporte teórico do processo tal qual como ocorreu, em sua totalidade histórica. A luta pelos Direitos Humanos, as lutas da recém formada burguesia versus os Senhores Feudais, aparece no livro como uma das categorias explicativas para as transformações sociais que ocorreram, à partir dali.

A concentração da população na formação das cidades, acompanhou a do capital. A medida em que as indústrias eram construídas, a população camponesa foi migrando em torno desta, a fim de facilitar o deslocamento para os locais de trabalho, criando então cidades industriais. E como salientado por Marx “à medida que as relações mercantis se estendem, que a penetração do capital se afirmar na esfera da produção, que se confirma a separação do trabalhador de seus meios de produção, o próprio sentido da noção de propriedade muda” (2017, p. 27).

O liberalismo renano defendia a ideia de livre mercado, sem controle Estatal, onde os trabalhadores são livres e para garantir seu direito a subsistência, ele tem de vender sua força de trabalho, e acreditam na concorrência e no mérito como pontos importantes para a conquista de Direitos e satisfação das necessidades humanas como um todo. A autocracia prussiana, defendia a continuação do sistema como já estava posto, o feudalismo. A disputa pelo Direito e pelo controle, ficou entre liberais e autocráticos, os camponeses se

transformaram em trabalhadores “livres” no espaço urbano, mas em nada foram contemplados com as disputas de controle social.

No espaço urbano, já não haviam habitações dignas e até mesmo salubres para viver de forma humana com a família, já não haviam meios de retirar da natureza a alimentação básica e balanceada, a retirada de madeira para uso essencial, passou a ser considerado furto com penalidades Legal para quem cometesse tal ato, a vida humana, passou a ser tratada como mercadoria, no sentido de que tinham de vender suas forças para o livre mercado e receber um salário em troca, que não era suficiente para manter sua dignidade e bem estar.

Diante deste novo cenário econômico e político, as manifestações/ expressões da “questão social” passaram a promover crescentes números de famílias paupérrimas, ao mesmo tempo em que a madeira ganha valor de uso e se torna mercadoria, o número dos considerados furtos de lenha, subiam. Sobre a lenha, que antes era um bem natural, Marx diz que “tudo isso são bens comercializáveis, sem os quais não se poderia mais assegurar a existência, até porque o próprio uso doméstico estava cada vez mais sujeito à circulação comercial” (2017, p. 15).

Trata -se de punir a apropriação ilegal de madeira e outros produtos florestais por parte de camponeses pauperizados em massa, na medida em que essa apropriação não visa mais somente ao consumo imediato de madeira, mas à venda dela como mercadoria (a madeira era uma matéria -prima muito procurada) (MARX, 2017, p. 14).

A distinção do público e do privado delibera do direito de propriedade, legitimando as leis vigentes que condenavam a colheita de galhos, lenhas e madeiras em geral nas propriedades rurais. Este direito limita e contradiz o direito dos pobres de retirar da natureza os meios necessários para sua subsistência. “Em outras palavras, o novo direito pretende abolir o direito imprescritível dos pobres ao bem comum oferecido pela natureza” (MARX, 2017, p. 17).

Considerar o que se encontra na natureza um bem com valor de troca, é lucrativo para quem se beneficia com a posse da terra. Portanto as legislações criadas, tinham por intuito garantir a circulação do capital, punir os pobres e assegurar que a população obedecesse às instancias de coerção. “O desafio da nova legislação é fazer valer o direito de propriedade, distinguindo com rigor os títulos de propriedade dos títulos de necessidade, a economia de troca da economia de subsistência” (MARX, 2017, p. 15).

A vida humana passa a ter um valor no que tange a força de seu trabalho, mas não no sentido de se possibilitar viver de forma digna, estável e tranquila. O capitalismo impõe

contradições sobre as pessoas, o trabalho dito livre, em troca de um salário para comprar os meios necessários para se viver.

## CONCLUSÃO

A transformação social faz com que exista uma limitação da vida no campo, no que se refere ao acesso dos meios de manutenção e satisfação das necessidades humanas. Ao mesmo tempo em que a manutenção da vida nas cidades se torna mais caras, menos acessíveis e desprivilegiadas para a grande massa de trabalhadores.

No período em que durou a Revolução Industrial, os trabalhadores viviam entocados em grandes galpões, à base de batatas para satisfação da fome, sem leis e regulamentos trabalhistas, em serviços insalubres, habitações insalubres, e que qualquer sinal de insatisfação, era tratado com violência punitiva. Porém Marx salienta que “essa evolução não aconteceu sem conflitos sociais violentos. Karl Polanyi chamou a atenção para “um grande ato de solidariedade social” que retardou em quarenta anos a instauração de um mercado de trabalho concorrencial na Inglaterra” (2017, p. 19).

O que nos faz pensar, na contradição das revoluções tecnológicas, ao mesmo tempo em que os avanços transformam o homem em seres mais racionais, o possibilitando de modificar e intensificar o modo de produção e aproximação dos Estados nações que se diferem em cultura, linguagem e valores, este mesmo avanço, acentua as desigualdades sociais, distanciando economicamente indivíduos de diferentes espaços territoriais de um mesmo país. Este contexto, dos avanços, se pensado no uso das mídias/ redes sociais de comunicação digital na sociedade contemporânea, nos indaga a pensar o quanto o uso dessas ferramentas sem um aporte crítico, pode ser, e é usado, como instrumento de massa de manobra em favor do sistema capitalista.

Sabemos que no Brasil não houve uma Revolução Industrial como ocorreu em países europeus, a formação política, social e econômica brasileira, muito se difere deste. Trazendo para o contexto da sociedade brasileira contemporânea, com um recorte para o estado do Tocantins, a distinção entre cidade e campo é ainda mais complexa.

O estado do Tocantins possui uma área territorial de 277.466,763 km<sup>2</sup>, com a população estimada de 1.590.248 pessoas conforme apontam os censos de 2019 e 2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A capital do estado é Palmas, e o Tocantins está localizado na região norte do país, sendo o estado mais novo, pós sua emancipação do estado de Goiás. Ele faz divisa com o estado do Pará, Mato Grosso, Bahia,

Piauí e Maranhão, para além do Goiás. O estado se subdivide em 139 municípios (IBGE, 2008).

O índice de desenvolvimento humano (IDH) conforme o IBGE é de 0,699 (2010). Da soma da população tocantinense, 78,81% da população vive na zona urbana e 21,19 habitam na zona rural. E também de acordo com os últimos dados do IBGE (2010), a taxa de crescimento anual da população tocantinense é de 1,8%. A população tocantinense é composta por indígenas, imigrantes de várias partes do Brasil, e também comunidades quilombolas, compõe o contingente populacional do estado.

O debate não se limita ao exposto neste documento, como sabemos, a pandemia ocasionada pelo Novo COVID-19, impossibilitou a pesquisa de campo e a aprofundação do debate no que tange as coletas de dados. O projeto intenciona para além de um mapeamento dos movimentos sociais no estado do Tocantins, e uma análise em linha para a contribuição para os agentes profissionais acerca das múltiplas expressões/ manifestações da “questão social” presentes na sociabilidade dos sujeitos, propôs-se a traçar questões norteadoras acerca dos processos de pauperização da classe trabalhadora em disputa nas lutas de classe, a falta destes no acesso à renda e terra, e até mesmo aos direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988 no cenário do campo e da cidade.

## **AGRADECIMENTOS**

**Agradecemos à professora que concorreu ao edital de pesquisa, e oportunizou à participação do como aluna pesquisadora voluntária na Universidade Federal do Tocantins pelo programa PIVIC/UFT**

## **LITERATURA CITADA**

FREDÉRICO, Samuel. Agronegócio e dinâmica territorial brasileira no início do século XXI. **VI Congresso iberoamericano de estudios territoriales y Ambientales**. São Paulo, 8 a 12 de setembro de 2014.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 25. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1995.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Edição e Trad. de Carlos Nelson Coutinho; coedição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. (Vol. 3).

LEFEBVRE, Henri. **Cidade do capital**. Trad. de Maria Helena Ramos e Marilene Jamur. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

\_\_\_\_\_. **O vale do campan: Estudo de Sociologia Rural**. Trad. Ana Cristina Mota Silva e Anselmo Alfredo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Direito à cidade**. Trad. de Cristina C. Oliveira, Itapevi/SP: Nebli, 2016.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. Trad. de Luis Cláudio de Casta. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

\_\_\_\_\_. **Teorias da mais-valia**: História Crítica do Pensamento Econômico: Livro IV de O'Capital. Vol. I, Trad. de Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política. Livro III: o processo Global da Produção Capitalista. Trad. e seleção de textos de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017a. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. **Os despossuídos**: Debates sobre a Lei referente ao furto de madeira. Trad. De Karl Marx Nélio Schneider e Daniel Bensaïd Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017b. (Coleção Marx-Engels).

TOCANTINS. Secretaria das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Urbano. **Diagnóstico do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social**. Palmas, 2012.

TOCANTINS. Secretaria de Planejamento e Orçamento. **Indicadores socioeconômicos do Estado do Tocantins**, 2019.